

Lideranças comunitárias e enfrentamento à violência contra as mulheres: percepções sobre a Lei Maria da Penha

Manuela Pantalião Rodrigues¹, Helena Lancellotti^{1*}
Orientador(a)*

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Restinga. Porto Alegre, RS

Este trabalho faz parte do projeto Estado, violência e as margens: um estudo sobre a atuação das lideranças comunitárias no bairro Restinga. O território a ser analisado é o bairro Restinga, em Porto Alegre: um lugar periférico, caracterizado pelas desigualdades que enfrenta e pelas práticas de resistência dos moradores e lideranças comunitárias. Nesse contexto, as lideranças comunitárias ocupam um papel essencial, pois são elas que, muitas vezes, organizam, orientam e promovem práticas de cuidado em relação à comunidade. Os objetivos desse trabalho são: I) compreender como as lideranças percebem o seu papel no bairro; II) analisar suas atuações e os significados que atribuem ao fenômeno da violência contra a mulher e à Lei Maria da Penha. A metodologia utilizada foi qualitativa. Em um primeiro momento, foram realizadas a leitura e debates de textos teóricos, o mapeamento das lideranças comunitárias através de formulário online e divulgação em sala de aula. Em seguida, foram realizadas cinco entrevistas com lideranças comunitárias do bairro. Elas foram transcritas e organizadas em uma planilha para análise dos dados. Como resultados parciais, foi possível compreender o que as entrevistadas entendem que é uma liderança comunitária e como essa concepção se relaciona com os sentidos que atribuem à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. Para elas, ser liderança comunitária não significa mandar em alguém, mas estar à frente de lutas coletivas, organizar e representar a comunidade em busca de direitos e melhorias. Em todas as entrevistas, a violência contra as mulheres é entendida pelas lideranças para além da dimensão física, abrangendo também a psicológica, moral, sexual e patrimonial. A Lei Maria da Penha é reconhecida como um marco de proteção, mas com falhas na prática: faltam recursos, preparo e efetividade no atendimento, o que faz com que muitas mulheres ainda permaneçam desamparadas. Segundo as entrevistadas, as mulheres que acompanham possuem algum conhecimento prévio sobre a lei, mas nem sempre compreendem como acioná-la ou deixam de registrar ocorrência policial por medo, vergonha ou algum tipo de dependência - seja ela emocional ou financeira. Com este estudo, buscamos demonstrar como as lideranças definem o que significa estar à frente de uma comunidade: ser referência, abrir caminhos para que as demandas cheguem ao poder público e apoiar outras mulheres em situação de violência. Entendemos os significados que atribuem ao fenômeno em questão e os conhecimentos que identificam nas mulheres acompanhadas acerca da legislação. Reiteramos que dialogar sobre esta temática é trazer visibilidade para suas atuações é parte integrante do nosso compromisso enquanto uma instituição federal situada em um bairro periférico.

Palavras-chave: Lideranças comunitárias; Violência contra a mulher; Lei Maria da Penha; Comunidade.